

HABEAS CORPUS Nº 567.677 - SP (2020/0071874-9)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : FERNANDA CORRÊA DA COSTA BENJAMIM - SP265935
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : PEDRO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA JUNIOR (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de PEDRO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (HC n. 2016763-747.2020.8.26.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente pela prática, em tese, do delito inscrito no art. 155, § 4º, II e IV, c/c o art. 14, II, ambos do Código Penal (e-STJ fls. 21/25).

Extrai-se da denúncia que (e-STJ fl. 26):

Consta do incluso inquérito policial que no dia 03 de fevereiro de 2020, por volta das 04 horas e 15 minutos, no estabelecimento denominado "AVENTURA COMÉRCIO", situado na Avenida Marechal Tito nº 4773, Itaim Paulista, nesta Capital, os indiciados PEDRO EDUARDO RODRIGUES DA SILVA JÚNIOR e WELLINGTON CARDOSO DA SILVA, qualificados às fls. 10/11 e 23/24, respectivamente, agindo em concurso e com identidade de propósitos com outros indivíduos, não identificados, mediante escalada, tentaram subtrair, para si, um cofre contendo R\$ 3.000,00 (três mil reais) em espécie.

Impetrado prévio writ na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 51):

Habeas corpus. Furto qualificado. Réu reincidente e que estava em livramento condicional. Necessidade da custódia cautelar especialmente como garantia da ordem pública. ORDEM DENEGADA.

Daí o presente writ, no qual alega a defesa que a decisão que decretou

a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea.

Assere que não se fazem presentes os pressupostos elencados na decisão de primeiro grau e ratificados quando do julgamento do *writ* originário. Afirma, ainda, que medidas cautelares diversas seriam pertinentes a garantir a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal.

Por fim, aduz que (e-STJ fl. 7):

Saliente-se, ainda, que a recentíssima Recomendação nº 62 do Conselho Nacional de Justiça, de 17 de março de 2020, traz um rol de medidas que devem ser observadas pelos Tribunais e magistrados, todas elas medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus - Covid-19 no âmbito dos sistemas de justiça penal e socioeducativo.

Dentre tais medidas, destaca-se aquela prevista no artigo 4º, inciso I, alíneas "b" e "c", que recomenda aos magistrados com competência para a fase de conhecimento criminal que, com vistas à redução dos riscos epidemiológicos e em observância ao contexto local de disseminação do vírus, considerem a reavaliação das prisões provisórias, nos termos do artigo 316 do Código de Processo Penal, priorizando-se os casos de pessoas presas em estabelecimentos penais que estejam com ocupação superior à capacidade c, ainda, casos de prisões preventivas que estejam relacionadas a crimes praticados sem violência ou grave ameaça à pessoa.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente. Eventualmente, pleiteia a substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa.

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência, notadamente porque consta do decreto de prisão cautelar ser o agente reincidente específico e, ainda, haver perpetrado o ilícito durante o gozo de benefício de livramento condicional em processo diverso (e-STJ fl. 23).

Superior Tribunal de Justiça

Assim, mostra-se imprescindível a análise dos elementos de convicção constantes dos autos, o que ocorrerá por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar**.

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau – em especial o envio de cópia de eventuais decisões sobre pedidos de revogação/relaxamento da prisão preventiva – e ao Tribunal de Justiça, ressaltando-se que deverão noticiar a esta Corte Superior qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator